O FERIADO DE SÃO JORGE E O DIA DO EVANGÉLICO DISPUTAS POLÍTICAS E RELIGIOSAS EM TORNO DOS CALENDÁRIOS CÍVICOS DO RIO DE JANEIRO

Maria Claudia M. M. Pitrez¹

Resumo: Este artigo tem como proposta analisar as influências de valores religiosos na elaboração de leis que referendam a institucionalização de datas religiosas nos calendários cívicos do Rio de Janeiro. Através da análise de processos legislativos sobre a criação de datas religiosas na Câmara dos Vereadores e na Assembleia Legislativa do Estado no ano de 2010, foi possível apreender diferentes sinais temporais religiosos que remetem às expressões católicas e pentecostais em disputa neste Estado. Seguindo estas pistas, o presente estudo compara dois casos: o feriado de São Jorge e o dia comemorativo do Evangélico. Nesta direção, pretende-se discutir as relações entre política e religião de forma a contribuir para o entendimento de tendências atuais presentes no campo religioso brasileiro.

Palavras-chave: Religião; Política; Feriado de São Jorge; Dia do Evangélico.

Abstract: This article analyzes the influence of religious values the constitutions of laws that endorse the institutionalization of holidays and commemoratives dates in the civil calendars of Rio de Janeiro. By analyzing legislative processes about the establishment of religious holidays and commemoratives dates in the City Council and the State Legislative Assembly in 2010, it is possible to highlight different temporal signals that refer to Catholic and Pentecostal expressions in dispute in this State. Following these clues the present study compares two cases: the St. George holiday and the Evangelical commemorative day. In this direction, this paper intends to discuss the relationship between politics and religion in order to contribute to the understanding of current trends on the Brazilian religious field.

Keywords: Religion; Politics; St. George holiday; Evangelical commemorative day.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/PPCIS da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ).

INTRODUÇÃO

Uma breve análise dos calendários oficiais do Rio de Janeiro no ano de 2010 pode revelar a existência de uma grande quantidade de dias comemorativos religiosos. À primeira vista, nosso calendário cívico, que mescla datas comemorativas políticas e religiosas, nos parece bastante natural e familiar. Entretanto, sabe-se que a institucionalização dessas datas envolve uma série de processos, conflitos e atores sociais. Tomando como ponto de partida a existência de agenciamentos políticos e religiosos em sua elaboração, os calendários oficiais do país, de um de seus estados ou de uma de suas cidades, tornam-se valiosos para revelar dinâmicas religiosas que expressam as múltiplas interações entre Estado e religião na sociedade brasileira contemporânea.

O presente trabalho tem como proposta analisar a influência de valores religiosos na elaboração de projetos de leis a partir do estudo comparativo das controvérsias presentes em dois processos de institucionalização de marcos temporais religiosos no Rio de Janeiro: o feriado de São Jorge e o dia comemorativo do Evangélico. Para tanto, analiso processos legislativos sobre a criação de feriados e datas comemorativas religiosas na Câmara dos Vereadores e na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, por meio dos quais se reconhece a legalidade e legitimidade das expressões católicas e pentecostais como parte dos calendários municipais e estaduais.

Ao observarmos a recente presença evangélica nos calendários cívicos do Estado e da cidade do Rio de Janeiro, prontamente podemos relacioná-la com o aumento significativo de adeptos e igrejas pentecostais em paralelo a um processo de descatolização, tendências conhecidas nos estudos do campo religioso brasileiro e recorrentemente constatadas em censos e pesquisas acadêmicas (Texeira; Menezes, 2006). No entanto, esse crescimento presente não anula o passado hegemônico da Igreja Católica. O legado católico permanece com grande predominância, indicando tanto uma tradição histórica, quanto um “reavivamento” de seu poder (Mariz, 2006). Enquanto os marcos temporais pentecostais voltam-se mais para os “dias comemorativos”, como o dia do Evangélico, os marcos católicos são mais comumente relacionados com feriados, como é o caso do dia de São Jorge.

No intuito de abordar esta dinâmica, o presente artigo inicia-se com a discussão da construção de marcos temporais, procurando enfatizar como feriados e dias comemorativos, tal como prescritos nas leis brasileiras vigentes, revelam diferentes relações tensas entre política e religião. Em seguida, discorre-se sobre a institucionalização do feriado municipal de São Jorge, em 2001², e sobre a sua recente transformação em âmbito estadual, comparando este percurso com a tentativa de oficializar o dia do Evangélico como feriado municipal e a sua posterior efetivação em data comemorativa para o calendário da cidade do Rio de Janeiro. Em um terceiro momento, serão apresentadas algumas considerações finais que, certamente, não possuem pretensões conclusivas. Sem o intuito de encerrar o tema, o objetivo é motivar novos questionamentos que permitam compreender mais as mudanças, continuidades e as coexistências em nossos contemporâneos “sinais dos tempos”.

A DEMARCAÇÃO DE UM CALENDÁRIO: AGENCIAMENTOS CÍVICO-RELIGIOSOS

A problematização do “tempo” dentro da investigação antropológica, mesmo sem ser algo diretamente questionado e sem ter grandes teorizações conceituais, pode ser entendida como uma temática cara à disciplina antropológica (Cavalcanti, 1999). Nas pesquisas antropológicas sobre etnologia, rituais e culturas agrárias, questões sobre temporalidades aparecem de forma mais proeminente, uma vez que, o estudo está direcionado para a cosmologia local, os períodos de colheita e produção, bem como para a compreensão do momento ritual e situações extraordinárias. De forma geral, entender o “outro” acaba direcionando o olhar do pesquisador para uma conjuntura tempo-espacial. No entanto, como bem enfatizou Johannes Fabian (2002), este procedimento não pode ser feito através de uma manipulação temporal, afastando e congelando o tempo do “outro”, mas a partir de um entrelaçamento coetâneo entre temporalidades que envolvem o pesquisador e o grupo pesquisado.

² Para uma discussão mais detalhada da institucionalização do feriado de São Jorge em 2001 e seus impactos na festa do centro da cidade, ver Pitrez (2007).

Alfred Gell (1992), ao revisitar trabalhos clássicos da antropologia e colocá-los em diálogos com distintos campos do saber, explora bem este assunto no seu livro *The Anthropology of Time: cultural constructions of temporal maps and images*. Analisando diferentes exemplos etnográficos e teorias propostas por Durkheim, Evans-Pritchard, Lévi-Strauss, Leach, Geertz, Gurvich, Bloch, Bourdieu, dentre outros, Gell recupera importantes caminhos já trilhados ao longo do percurso da disciplina, como também destaca, e de certa forma estimula, novos passos para o aprofundamento do tempo como um tema antropológico. O autor considera necessária uma maior interação entre saberes científicos, de tal maneira que a antropologia não fique presa nos seus labirintos relativistas etnográficos nem nos seus modelos metafísicos culturais, mas construa pontes entre tais perspectivas. O tempo, como afirma Gell, é uma categoria abstrata que pode ser estudada em distintos contextos. A diferença dar-se-á justamente pelos significados atribuídos aos processos físicos, biológicos, psicológicos e sociais que o tempo engloba e coordena.

Para Norbert Elias (1998), o tempo também entrelaça uma vasta rede de relações entre o físico, o social e o individual. Em seu livro *Sobre o Tempo*, Elias ressalta que podemos evidenciar muitas coisas sobre nós humanos diante da dissecação da história do tempo e das suas técnicas de mensuração. A padronização do tempo em dias sequenciais, semanas, meses e anos, tal como podemos encontrar no calendário Gregoriano, advém de uma construção social resultante de distintos agenciamentos, tensões e conflitos. Gell (1992) considera que a instituição de qualquer calendário, seja ele antigo, “primitivo” ou “moderno”, implica disputas de poder. Com base em dados etnográficos dos povos Kabila, Mursi, Simbo e Trombiandeses, Alfred Gell afirma sua proposição entre calendário e poder, ao citar o historiador Paul Pelliot (1992, p. 313): “[...] não era à toa que os antigos burocratas chineses diziam que, quando incorporavam uma nova região ao seu império, os seus habitantes também ‘recebiam um calendário’”³.

³ Tradução livre feita pela autora do original em inglês: “*Not for nothing did the ancient Chinese bureaucrats say, when they had incorporated some new region into the empire, that its inhabitants had ‘received the calendar’*”.

Na história do calendário ocidental gregoriano, encontramos vários momentos marcados por disputas políticas, dentre as quais, grande parte delas contribuiu com mudanças e reformas no seu formato (Elias, 1998; Le Goff, 2005; Rajchenberg; Héau-Lambert, 2002). Rajchenberg e Héau-Lambert (2002) comentam que, com o crescente processo de diferenciação do poder religioso e político, e com a formação dos Estado-nações, a disputa sobre a apropriação do tempo foi aumentando e estabelecendo novos marcos temporais de celebração. A partir desse período, o calendário gregoriano começou a dividir espaço com outros valores, passando a “proclamar” cada vez mais dias comemorativos e feriados cívicos.

O tempo e o calendário tornavam-se instrumentos poderosos para construir uma memória cívica e disseminar a celebração de uma cultura nacional (Olick, 1998). Neste momento, também observa-se como determinadas demandas de padronização começaram a se instalar, tendo em vista que a uniformização dos medidores temporais tornava-se cada vez mais essencial nas circulações e mobilidades internacionais diante da emergência de um novo “tempo econômico e turístico”. Todavia, para Elias (1998) e Le Goff (1984; 2005), mesmo sob a égide de um “tempo moderno”, continuamos ainda bastante vinculados e vivendo sob uma marcação temporal antiga, construída basicamente por preceitos cristãos⁴.

Como salienta Sanchis (1995), a concomitância de expressões compreendidas como “secular” e “encantada”, “modernas” e “pré-modernas”, ilumina distintos “espíritos” ou “sinais” do nosso tempo. Para o autor, compreender as transformações sociais, especialmente as que estão equacionadas com as expressões religiosas, requer uma compreensão relacional e conflitiva entre política e religião. As noções de agenciamentos e regulação, propostas respectivamente por Montero (2003) e Giumbelli (2002), expressam bem esta perspectiva de negociações e disputas de poder entre fenômenos religiosos e outros domínios da vida social. Para ambos os autores, há um reconhecimento de que as fronteiras que definem fenômenos religiosos,

⁴ Como ressalta Le Goff (2005), além dos festivais religiosos que encontramos no calendário gregoriano, a própria ordem da semana e sua divisão em dias de trabalho e descanso também estão equacionadas com preceitos cristãos.

econômicos, políticos, culturais, sociais não estão dadas. O reconhecimento de que tais fenômenos não existem enquanto esferas efetivamente autônomas reforça a necessidade de entender qual é a natureza do fenômeno religioso, seu espaço, assim como suas negociações e articulações.

Nesta perspectiva, vale indagar como configuram-se as relações entre vetores religiosos e seculares do calendário gregoriano na atualidade? Quais são as adaptações e reformulações do calendário gregoriano adotadas por um país, um estado e uma cidade? Quais são as referências atuantes no Brasil e, especificamente, no Rio de Janeiro? Quais são as justificativas dos recentes processos de oficialização de datas comemorativas e feriados religiosos, já que vivemos sob a égide de um estado democrático e (pretensamente) laico?

Ao analisarmos qualquer tipo de calendários e agendas, encontramos variadas informações temporais, como a data comemorativa internacional do Dia da Mulher, o aniversário da cidade, o feriado nacional etc. Além de sermos informados sobre os significados dessas datas, esta demarcação temporal também pode modificar nossa rotina, seja porque aderimos ou participamos da festividade e campanha em destaque no dia comemorativo, seja porque é um feriado e interferirá no fechamento de escolas, escritórios, bancos etc. Ambos marcadores temporais são referenciais e celebrativos a algo, todavia existe uma diferença crucial no tipo de interferência que cada um pode acarretar no nosso dia a dia. Diferenças entre a paralização oficial (ou não do trabalho) também justificam os critérios de regulação legal e a própria discrepância quantitativa de dias comemorativos em relação aos feriados⁵.

No Brasil, a institucionalização de feriados e de dias comemorativos são, via de regra, oriundos de projetos de lei elaborados por vereadores, deputados e senadores, conforme prevê as legislações municipais, estaduais e federal. No caso das datas comemorativas, a legislação que as prescrevem

⁵ A palavra feriado vem do latim *feriatu*, referente a dias de festas (Le Goff, 1984). Em dicionários brasileiros, como no *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (Ferreira, 1986), encontra-se a palavra feriado referente a dias de interrupção do trabalho; dias livres; que, por determinação civil ou religiosa, suspende o trabalho; *dia santo*.

está pautada de acordo com a esfera administrativa em questão, enquanto em relação aos feriados há uma Lei Maior (lei nº 9.093, de 1995) em nível federal, que rege todos os projetos de lei desenvolvidos nos âmbitos municipal e estadual.

Examinando os calendários do município e estado do Rio Janeiro, logo nota-se como a pluralidade dos dias comemorativos é uma característica marcante, valorizando distintas manifestações religiosas, políticas, culturais, sociais ou ainda relacionadas à saúde, atuação profissional etc. Dentre as diferentes menções, destaca-se uma grande quantidade de dias comemorativos religiosos, com especial ênfase para emblemas e congregações evangélicas. No trecho da lei nº 5.146, de 2010, que dispõe sobre a consolidação municipal referente a eventos, datas comemorativas, feriados e institui o calendário oficial da cidade do Rio de Janeiro, fica claro como a intenção destas demarcações está equacionada com demandas turísticas, políticas e sociais⁶.

Já a transformação de um dia em feriado, apesar de seu caráter celebrativo, implica um desdobramento diferente aos dos dias intitulados comemorativos. A oficialização de feriados envolve outro tipo de agenciamento, conforme prescreve a lei federal nº 9.093/95⁷:

Art. 1º São feriados civis:

I – os declarados em lei federal;

II – a data magna do Estado fixada em lei estadual;

III – os dias do início e do término do ano do centenário de fundação do Município, fixados em lei municipal.

⁶ Capítulo 1, Art. 3º Serão incluídos no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas da Cidade do Rio de Janeiro, aqueles eventos e datas comemorativas que, de qualquer modo, contribuam para atingir os seguintes objetivos: I – incremento do turismo; II – conservação e desenvolvimento das tradições folclóricas brasileiras; III – recreação popular; IV – desenvolvimento das atividades econômicas da indústria e do comércio; V – estímulo à exportação de produtos nacionais. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/16c43624769762c003257706007313af?OpenDocument>. Acesso em: 16 set. 2011.

⁷ Lei federal presente na Constituição de 1988 e modificada em 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9093.htm#art1iii. Acesso em: 10 set. 2011.

Art. 2º São feriados religiosos os dias de guarda, declarados em lei municipal, de acordo com a tradição local e em número não superior a quatro, neste incluída a Sexta-Feira da Paixão.

Comparando os dois processos de criação de demarcadores temporais, temos um tipo de regulação mais permissiva e plural na instituição de datas comemorativas, enquanto, no caso da elaboração de feriados religiosos, existe uma permissividade limitada. É permitida a implementação, mas há uma série de restrições. Conforme os artigos anteriormente citados, fica habilitado apenas aos municípios a instituição de feriados religiosos, sendo esses restritos, tanto no aspecto quantitativo de 4, incluso a Sexta-Feira da Paixão, quanto no qualitativo, de “tradição local”. Já no âmbito federal e estadual, a instituição está direcionada para feriados com caráter cívico. Em nível federal, o conteúdo do dia celebrativo, plausível de ser instituído como feriado civil, não apresenta restrições tal como na ordem estadual e municipal, ou seja, todos os dias declarados em lei federal são feriados civis. Já para os estados brasileiros, a oficialização prevê apenas “a data magna do Estado fixada em lei estadual”.

Entretanto, ao olharmos para a nossa agenda de feriados nacionais, estaduais e municipais, notamos que a configuração não se dá exatamente tal como prescreve a lei federal nº 9.093/95. Em vários estados do Brasil, como o Rio de Janeiro, os dias proclamados como feriados não se limitam à data magna e, ainda, há datas religiosas incluídas nos calendários estaduais. Na própria agenda nacional, temos a demarcação de importantes feriados religiosos como o Natal (25 de dezembro) e Nossa Senhora Aparecida (12 de outubro). Além disso, quando analisamos quais são os feriados religiosos em nível municipal que expressam uma “tradição local”, verificamos que a pluralidade religiosa brasileira fica limitada às comemorações e aos santos católicos, equacionando *feriatu* a dia santo (ver nota 4).

Como salienta Giumbelli (2002), a regulação de “separação-cooperação” é uma característica marcante das relações entre o Estado brasileiro laico e os diferentes credos religiosos. Apesar de o regime republicano caracte-

rizar-se pela separação formal e jurídica, inclusive com rejeição explícita a implementação de feriados religiosos na Constituição de 1891, seu sistema jurídico também possibilitou, por outro lado, um esquema de “cooperação”, conforme os próprios termos da Constituição de 1934. Essa característica fica evidente quando analisamos a instituição de feriados religiosos, tendo em vista que grande parte foi inclusive posterior a esse momento de instauração de princípios laicos.

O caso do feriado para o dia 12 de outubro é bastante emblemático. Olhando sumariamente para a história dos feriados nacionais, vemos que o dia 12 já teve distintas menções que o tornaram uma data a ser lembrada e demarcada como feriado. Saindo de uma menção cívica voltada para a Descoberta das Américas, esta mesma data passou posteriormente a celebrar como feriado nacional o dia da Nossa Senhora Aparecida. Durante o Governo Provisório da recém-instaurada República brasileira, em 1890, o dia 12 de outubro foi estabelecido como feriado à comemoração da Descoberta das Américas, permanecendo com este *status* até 1930, quando Getúlio Vargas reduziu a quantidade de feriados nacionais de 12 para 6 dias⁸. Depois de 50 anos, a data ganhou novamente o seu *status* de feriado nacional, sendo agora em menção a Nossa Senhora Aparecida: a padroeira do Brasil, “nossa rainha, senhora e mãe, saravá!” (Fernandes, 1988).

Diante deste processo acima, é interessante perceber também como a imagem de Nossa Senhora Aparecida, uma santa com relações populares e imperiais, mestiça e “libertadora de escravos” (Peters, 2012), vai se abasileirando e galgando o posto de representante da nação ao longo de diferentes momentos da história do Brasil (Santos, 2000). No início da República, a imagem de “rainha do Brasil”, oficialmente intitulada durante a cerimônia de coroação da santa, em 1907, pode ser vista como

⁸ Sob a alegação de vantagem do trabalho nacional, o presidente Getúlio Vargas reduziu pela metade os feriados nacionais através do Decreto nº 19.488, realizado no dia 15 de dezembro de 1930. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37749>. Acesso em: 10 set. 2011.

um ato de competição da Igreja em busca de eleger um emblema nacional ao novo governo que se instituía (Carvalho, 1990). Passando por diferentes negociações, este ícone da nação brasileira que, outrora foi uma ameaça aos princípios positivistas republicanos, foi novamente “coroad” com um feriado à sua data comemorativa na década de 80. Assim, se na primeira coroação temos uma iniciativa da Igreja brasileira romanizada em busca de uma “continuidade” do seu poderio político diante do governo republicano, no segundo caso, temos uma iniciativa política de “reavivamento” católico diante de um processo de redemocratização e de um crescente brotar “*contemporâneo de novas formas de sagrado*” (Sanchis, 1992, p. 11). Contudo, como podemos observar que, da década de 80 à atualidade, esse crescimento significativo de diferentes “ofertas religiosas” foi paulatinamente conquistando distintos espaços na sociedade, acirrando ainda mais as negociações e regulações políticas-religiosas. Afinal, a representatividade de distintos grupos religiosos foi se tornando cada vez mais “[...] *um ‘direito’ de defender a sua ‘verdade’ e de atuar na esfera pública*” (Duarte *et al.*, 2009, p. 18)⁹.

Passamos a seguir para a análise dos processos de institucionalização de datas religiosas no calendário municipal e as disputas políticas-religiosas entre representantes católicos e evangélicos na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

⁹ Dando continuidade à construção da imagem de representante da nação de Nossa Senhora Aparecida, vale destacar que, em 2007, o deputado Victorio Galli (PMDB-MT), pastor da Assembleia de Deus, elaborou um do projeto de lei 2.623/07 que solicitava a alteração da lei federal que instituiu o feriado nacional de 12 de outubro, em homenagem a Nossa Senhora Aparecida (lei 6.802/80). O pedido de alteração do documento atentava para a alteração do termo “Padroeira do Brasil” por “padroeira dos brasileiros católicos apostólicos romanos”, e da expressão “culto público e oficial” por “homenagem oficial”. O projeto foi negado e arquivado em agosto de 2008. Disponível em: <http://www.rainhamaria.com.br/Pagina/5178/Arquivado-o-Projeto-de-Lei-contra-Nossa-Senhora-Aparecida>. Acesso em: 8 nov. 2011.

DISPUTAS NOS CALENDÁRIOS CÍVICOS DO RIO DE JANEIRO: SÃO JORGE E O DIA DO EVANGÉLICO

Em outubro de 2001, o então vereador Jorge Babu, do Partido dos Trabalhadores (PT), lançou um projeto de lei, nº 197/2001, para decretar como feriado municipal na cidade do Rio de Janeiro, o dia 23 de abril, data em louvor a São Jorge. No trecho introdutório da justificativa do feriado, o autor do projeto faz uma apresentação do orago coletando diferentes dados que contemplam “histórias” e vínculos cultuados no Brasil. São Jorge é tratado não como um santo católico, mas como um guerreiro. Detentor de uma história antiga (do período do Imperador romano Diocleciano, 300 a.C.), resignificada no Brasil colonial pelas suas heranças lusas nas comemorações da procissão de Corpus Christi¹⁰, e (re)atualizada no cenário carioca através das suas correspondências sincréticas com as religiões afro-brasileiras e do seu patronato com o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar, a imagem do guerreiro ganha destaque e conduz a apresentação do projeto de lei. Vejamos o trecho a seguir:

Santo Católico do Séc. IV, considerado patrono dos exércitos. No Rio de Janeiro, é patrono da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. A Igreja Grega, o inclui como um de seus grandes mártires. Soldado Romano, preso como cristão, foi provavelmente decapitado no tempo de Diocleciano por defender seus ideais cristãos; tornou-se, na crença popular, uma espécie de Perseu Cristão vencedor de dragões. No período imperial, foi ordenado por D. João I, que sua imagem saísse na procissão de Corpus Christi, montado em seu cavalo; o que ocorreu em 1837 pela primeira vez. No Brasil, São Jorge é invocado como defensor das almas contra os demônios, tentações e atos de feitiçaria. É popularmente reconhecido como o Grande Guerreiro que está sempre disponível para atender aquele que nele deposita sua fé. No Candomblé, identificam-no como Oxóssi e conta a lenda que designado pelo rei para defender uma princesa virgem, conseguiu vencer as forças do

¹⁰ Para maiores informações a respeito da atuação do santo na procissão de Corpus Christi, ver os trabalhos das historiadoras Beatriz Catão dos Santos (2005) e Georgina dos Santos (2004; 2005).

mal, encarnadas no dragão, apenas com um escudo e uma lança e montado em seu cavalo, numa árdua batalha, fazendo por merecer o título de “Santo Guerreiro”. Na Umbanda, é conhecido como Ogum.

A figura do santo como um guerreiro entrelaça um amplo raio de relações, evocando um conjunto de correspondências sincréticas religiosas e cívicas¹¹. Quanto às interfaces religiosas, nota-se um alargamento das referências na tentativa de convergir a sua imagem de guerreiro entre católicos e adeptos das religiões afro-brasileiras (Umbanda e Candomblé). Junto a isso, podemos observar outra correspondência religiosa, mas que surge na ligação de São Jorge com as religiões afro-brasileiras. Visto como um “defensor das almas contra os demônios, tentações e atos de feitiçaria”, esta expressão também abre um elo, não direto, mas de forma indireta e antagonica, aos discursos neopentecostais contra as tentações mundanas e demônios que podem atormentar a vida de seus fiéis. Um tipo de “deslizamento semântico” (Sansi, 2002) que incita e contribui para uma tentativa de diálogo com outros “públicos”.

[...] gostaria de sensibilizar meus pares para a importância deste projeto lei que visa basicamente facilitar o culto a São Jorge onde centenas de milhares de devotos peregrinam às Igrejas Católicas, aos Terreiros de Macumba e Candomblé para reverenciar o seu Santo protetor e ao mesmo tempo em que ocorrem Festas Comemorativas em vários pontos do Rio de Janeiro, cito como exemplo a popular festa de São Jorge, no Largo do Bodegão, em Santa Cruz, Zona Oeste da Cidade, que recebe, durante uma semana, peregrinos de todos os rincões para prestar as homenagens ao Santo Guerreiro. A

¹¹ O dia do Zumbi do Palmares também é representativo nesta relação cívico-religiosa, pois, mesmo que a data seja diretamente equacionada aos aspectos históricos da libertação dos escravos, ela também está estritamente conectada às lutas e aos valores das religiões afro-brasileiras. Pode-se observar que em vários calendários o dia do Zumbi é nomeado também como o dia da Consciência Negra. A expressividade dessa data é tamanha que, em vários municípios brasileiros e em quatro estados (Alagoas, Amazonas, Mato Grosso e Rio de Janeiro), o dia 20 de novembro é feriado, além de ser também um dia comemorativo declarado nacionalmente através da lei federal nº 12.519/11.

institucionalização deste dia como feriado municipal, apenas coroaria o que já se concretizou consuetudinariamente pela população e pela mídia carioca.

Tomando os dois trechos da justificativa, percebe-se que Jorge Babu pretende correlacionar alguns laços históricos do santo com a sua grande popularidade no Rio de Janeiro, manifesta através da circulação de milhares de fiéis em diversas festas afros e católicas espalhadas pelo município e estado. Diante de informações bastante diversificadas em sua natureza e da afirmação de que o santo é o mais popular do Rio de Janeiro, nota-se uma manobra de encaixe e adequação da justificativa ao quesito de “tradição local”, tal como prescreve a lei federal nº 9.093/95. Como vimos, de acordo com a lei federal, os municípios ficam habilitados a decretar feriados de ordem religiosa de acordo com a tradição local. Com efeito, a justificativa de popularidade de São Jorge no Rio de Janeiro acaba extrapolando o critério religioso e contornando, portanto, o sentido estritamente católico do culto aos santos.

Sansi (2002), ao estudar as festas religiosas do Nosso Senhor de Bonfim e da Boa Morte, ambas na Bahia, identificou um “deslizamento de imagens” de figuras religiosas para ícones culturais. Trazendo para o caso do feriado de São Jorge, podemos observar que o levantamento de diferentes informações “históricas” e “atuais”, colocadas uma ao lado da outra, tornou porosa a fronteira entre aspectos religiosos e cívicos, associando a imagem do santo a um ícone cultural e tradicional da cidade do Rio de Janeiro.

Como pude pesquisar anteriormente (Pitrez, 2007), a oficialização desse projeto de lei gerou reações dentro e fora da casa legislativa em questão, a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. Na investigação realizada sobre processos judiciais e pesquisas públicas divulgadas em jornais sobre a criação de mais um feriado na cidade carioca, a referência ao aspecto religioso não apareceu em destaque e tampouco foi contestado o fato de estar ou não se privilegiando uma determinada religião. O que pôde ser observado nestes documentos, especialmente no caso judicial, foi que a discussão girou em torno da constitucionalidade do projeto de lei, atentando para a lei federal nº 9.093/95 e o limite previsto de 4 feriados municipais. A menção sobre o conteúdo religioso, igualdade e equidade entre as diferenças de credo apareceu

de modo mais sistemático e explícito nos dois projetos de lei 38/2005 e 128/2005 do vereador Théo Silva do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Ambos os projetos destinaram sua atenção ao dia do Evangélico no município do Rio de Janeiro.

O primeiro projeto de lei 38/2005 foi formulado com a intenção de instituir um feriado municipal no Rio de Janeiro para o dia 31 de outubro como homenagem ao Dia do Evangélico. Como podemos ver no trecho abaixo, o autor introduz seu argumento com base na liberdade religiosa salvaguardada pela Constituição Federal, na qual todos, independentes da religião, têm a liberdade de pensamento e manifestação como direito inalienável do homem:

[...] Partindo desta premissa, não obstante a preferência por determinada corrente religiosa seja em qualquer segmento social, mormente ao catolicismo, em que se elaboram e legalizam pelos governos feriados nacionais e regionais tais como: Corpus Christi, Nossa Senhora Aparecida, São Jorge, São Sebastião entre outros, abre-se uma lacuna legal, com amparo institucional, para celebrar-se, em data especial, para a imensa comunidade evangélica o seu dia, ou melhor, o seu Dia do Evangélico, sob pena de ferir de morte o Texto Maior, desiguando direitos, pois, nesta delicada discussão, não pode haver hipótese alguma de dois pesos e duas medidas. Neste contexto, igualdade não é tratar desigualmente os desiguais e sim igualmente os semelhantes pois todas as crenças religiosas levam a Deus.

Assim, esta proposição, a exemplo do Distrito Federal e da Cidade de São Paulo, vislumbra não só a consagração do feriado para os evangélicos mas também, lendo nas suas entrelinhas ou auscultando seu espírito, espancar a distinção ou qualquer espécie de discriminação religiosa que possa existir, devendo sim, haver a coexistência pacífica de todas as crenças, de forma democrática e respeitadora, adorando, cada um, a sua maneira e na sua fé, a sua divindade.

Enfim, sendo superado este amparo constitucional e doutrinário, vai de encontro à pretensão legiferante municipal a Lei Federal n.º 9.093 de 12 de setembro de 1995 que em seu art.2º, aduz-se o permissivo legal.

O vereador construiu sua narrativa em cima de dados que explicitam hierarquias históricas em torno dos feriados religiosos. Percebe-se que o autor não ataca nem contesta os feriados católicos, ele se utiliza deles como um dado para fortalecer seu pedido de equidade. Para o autor, existe uma lacuna entre os feriados religiosos e insiste na necessidade de reverenciar e memorizar, sob mesmo peso, os evangélicos.

Diferentemente da justificativa do feriado de São Jorge, que está centrada na figura do santo e suas referências múltiplas, o texto do dia do Evangélico está voltado para questões legais de liberdade e pluralidade religiosas. Não foi abordada de forma direta a relevância do feriado do dia Evangélico para a cidade, no sentido de vínculos e tradições tal como exige a lei federal. A construção do argumento direcionou-se mais para a elaboração de uma resposta à hegemonia católica frente a essas demarcações temporais.

Este projeto, ao passar pelos trâmites internos da casa legislativa municipal, foi arquivado, apresentando ressalvas quanto à proposta em questão. No mês seguinte à elaboração e avaliação desse projeto, março de 2005, o mesmo vereador fez um novo projeto de lei 128/2005. O texto de justificativa permaneceu igual ao anterior, alterando apenas a data prevista para o feriado; ou seja, do dia 31 de outubro, como previa o anterior, passou agora para o último sábado de outubro.

Novamente foram exigidos alteração e aperfeiçoamento da matéria do projeto, o que levou a elaboração de uma nova proposta do mesmo autor. Sob a mesma argumentação dos dois projetos anteriores, dessa vez o projeto direcionou o seu pedido modificando a natureza da demarcação temporal, saindo da qualidade de feriado para uma data comemorativa no calendário oficial da cidade do Rio de Janeiro. Passando de um pedido de feriado para o dia 31 de outubro, depois para um feriado no último sábado de outubro, a proposta final se tornou uma “data comemorativa” no último domingo de outubro. Após todas essas reformulações, o projeto foi aprovado, tendo sua lei nº 4.1455 sancionada e promulgada em 26/07/2005.

No caso do feriado de São Jorge, os trâmites internos ocorreram sem nenhuma contestação por parte das comissões avaliadoras em relação à proposta, tendo sua lei 3.302/2001 aprovada em novembro de 2001. No

entanto, como mencionado, nos anos posteriores à promulgação – 2002 e 2003 –, houve retaliações por parte da mídia e por um vereador que levou o caso para a justiça. Mas, mesmo assim, o feriado continuou em vigência, permanecendo até os dias de hoje. O curioso foi que em 2008 o feriado de São Jorge também virou estadual. Em 2006, Jorge Babu foi eleito deputado do Estado do Rio de Janeiro e também elaborou um projeto de lei para oficializar o dia de São Jorge como feriado estadual. Com o mesmo texto do projeto municipal, o projeto de lei nº 339/2007¹² apresentou apenas uma diferença no final da sua justificativa. Conforme trecho abaixo, nota-se que a menção ao feriado municipal de São Jorge se torna uma prova da popularidade e tradição do culto do santo, servindo como um respaldo para oficializar o feriado para todo o estado do Rio de Janeiro.

A institucionalização deste dia como feriado estadual, apenas coroaria o que já se concretizou pelos costumes da população e pelo reconhecimento da mídia.

Ressalta-se que São Jorge é o santo mais popular, respaldando o presente projeto, lei municipal de minha autoria quando no exercício de mandato de vereador na câmara municipal do Rio de Janeiro, lei nº 3302/2001, que já instituiu como feriado municipal o dia 23 de abril.

Mais uma vez a justificativa do feriado de São Jorge foi aceita, sendo aprovada sem alterações pela casa legislativa do estado do Rio de Janeiro. O projeto não sofreu nenhum entrave dentro da ALERJ, sendo sancionado em maio de 2008. Vale destacar algumas observações que a Comissão de Justiça da ALERJ fez diante da proposta. A Comissão de Justiça é responsável pela avaliação de constitucionalidade dos projetos de lei. Na ata, o deputado relator Luiz Paulo, do PSDB, salienta sobre os prejuízos financeiros que mais um feriado pode acarretar para os empresários do Rio de Janeiro. No entanto, esse aspecto foi exposto como um juízo de valor e não como um

¹² Texto na íntegra do projeto lei 339/2007 disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/094e2cd7679638b2832572a7006ee116?OpenDocument>. Acesso em: 15 set. 2011.

critério de constitucionalidade, pois, como afirma, é necessário averiguar se o projeto infringe alguma lei, tal como a lei federal nº 9.093/95, que voga sobre os feriados civis e religiosos. Para a comissão, a leitura da instituição dos feriados religiosos refere-se aos declarados por lei federal e, dessa forma, torna-se “lícito ao Legislativo Fluminense estabelecer feriados religiosos nos limites de seu território, notadamente aqueles que queiram homenagear grandes figuras”¹³.

É interessante observar no trecho anterior como há uma flexibilização da lei federal, somada a uma autonomia do Estado em legislar sobre os feriados religiosos, ainda mais quando é para “homenagear grandes figuras”. Deixa-se de lado a definição da lei federal, que considera feriado estadual o de caráter civil e referente à data magna, para novamente suplantar o critério religioso pela figura de um ícone cultural que “já se concretizou pelos costumes da população e pelo reconhecimento da mídia” (trecho da justificativa do projeto 339/2009, destacado anteriormente). Junto a isso, o relator destaca que o feriado promove o turismo interno no estado e que, com isso, o projeto acaba apresentando aspectos de constitucionalidade, pois seguindo a Constituição Federal, “[...] através de seu artigo 180, atribui concorrentemente à União, Estados, Municípios e Distrito Federal, a opção de incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”.

De acordo com estas avaliações, o presente projeto ganhou constitucionalidade e foi, posteriormente, sancionado dentro da ALERJ e pelo governador Sérgio Cabral. Após a homologação e o registro no Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo/CNC entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. Atentando para os prejuízos econômicos e a “invasão da esfera competente”, tendo em vista que os feriados religiosos são direcionados aos municípios, a CNC destaca inconstitucionalidade da lei. Contudo esta mesma instituição também entrou com mais duas ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal em relação

¹³ Para maiores informações sobre o texto da comissão de justiça, ver:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/7e44fe5ffca1b07b832572c1007041d3?OpenDocument>.

ao feriado estadual do dia do Zumbi (Lei nº 4007, de 11 de novembro de 2002) e da Terça-Feira de Carnaval (Lei Estadual nº 5243, de 14 de maio de 2008) ¹⁴, ambos instituídos pelo estado do Rio de Janeiro. Estas ações estão aguardando julgamento e os três feriados estaduais do Rio de Janeiro permanecem em vigor até o presente momento. No caso do dia de São Jorge, além do estadual, há também a vigência do feriado municipal; dado que motiva indagações a respeito das relações do santo com a cidade e o estado do Rio de Janeiro, já que sua data comemorativa possui dois feriados, um municipal e outro estadual.

Vale ressaltar também que nos dois casos anteriormente citados encontramos a ligação de fé entre os autores da lei com a proposta vigente. No primeiro caso, o autor Jorge Babu, popularmente conhecido como o *guerreiro* da baixada, é um dos responsáveis pela festa de São Jorge no Largo do Bodegão, em Santa Cruz, e também assumido publicamente como adepto praticante da Umbanda. Já no dia do Evangélico, o autor Théo Silva é irmão e filho de pastores da Universal do Reino de Deus, e integra a chamada banca evangélica. Contudo, os dois casos analisados são emblemáticos para pensarmos nos diferentes tipos de agenciamentos políticos e religiosos no campo religioso brasileiro, tomando como exemplo as implicações entre a instituição de um feriado e uma data comemorativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a investigação sobre projetos de institucionalização de datas comemorativas e feriados revela diálogos, negociações e confrontos

¹⁴ Informações sobre as ações diretas de inconstitucionalidade, disponíveis em:

Dia do Zumbi: <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=331732&tipo=TP&descricao=ADI%2F4091>. Acesso em: 10 set. 2011.

Dia de São Jorge: <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=330744&tipo=TP&descricao=ADI%2F4131>. Acesso em: 10 set. 2011.

Terça-Feira de Carnaval: <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=330744&tipo=TP&descricao=ADI%2F4131>. Acesso em: 10 set. 2011.

entre distintas tendências religiosas, o aprofundamento deste tema torna-se relevante para apreender as dinâmicas do campo religioso brasileiro.

Partindo da constatação de que religião e sociedade são polos que se constroem mutuamente, a noção de separação de domínios é encompassada pela ideia de agenciamentos e regulações. Não por acaso, estudos atuais que buscam compreender religião e sociedade de forma relacional trabalham com a ideia de movimentos antagônicos como aspecto complementar e constituinte do próprio universo religioso contemporâneo (Texeira; Menezes, 2006). Como bem observa Pierre Sanchis (1995), a concomitância de expressões compreendidas como “modernas” e “seculares” espelha distintos sinais do nosso tempo atual.

No caso da regulamentação de marcos temporais públicos religiosos aqui discutidos, tais tendências antagônicas e complementares iluminam o encontro de distintas situações ligadas especialmente ao nosso sistema vigente de “cooperação-separação” (Giumbelli, 2002) entre princípios “modernizantes” – como laicidade, pluralidade, equidade e liberdade confessional – e traços de “tradicionalidades” entre Estado e catolicismo.

No calendário oficial da cidade do Rio de Janeiro, vimos como vínculos tradicionais do município são (re)atualizados com novos e velhos feriados católicos, celebrados nos dias de São Sebastião (20 de janeiro), de São Jorge (23 de abril), Sexta-Feira da Paixão (data móvel) e Corpus Christi (data móvel). No entanto, como expresso nas justificativas dos projetos de lei analisados anteriormente, o dia de São Jorge não está direcionado somente ao público católico fluminense, mas também aos adeptos das religiões afro-brasileiras e às menções cívicas relacionadas ao Corpo de Bombeiros e à Polícia Militar do Rio de Janeiro. Esta característica relacional assinala como determinadas datas religiosas apresentam um significado ampliado, equacionando diferentes correspondências entre religiões e entre outros domínios da vida social.

Em relação às datas comemorativas religiosas, o fato do dia do Evangélico não ter se transformado em feriado na cidade do Rio de Janeiro não reflete apenas uma menor influência desta religião na constituição do calendário cívico. A grande quantidade de dias comemorativos evangélicos

e a intensa mobilização em torno destas datas¹⁵ atestam uma considerável força no cenário fluminense. Este reconhecimento fica ainda mais evidente quando considerarmos os calendários cívicos de outros municípios e estados brasileiros, como os exemplos dos feriados do dia do Evangélico na cidade de São Paulo, no Distrito Federal e nos estados do Acre e Rondônia.

Assim, para usar uma categoria cara à doutrina católica, os atuais “sinais do tempo” exigem constantes demarcações temporais nas quais, ao invés de opor tradição e modernidade, expressam-se em diferentes disputas e formas de reconhecimento dos seus fiéis-cidadãos diante de calendários oficiais que não estão fixos, mas sim em constante mutação, conforme seus processos de regulações e agenciamentos políticos-religiosos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAVALCANTI, Maria Laura V. C. O Rito e o Tempo: a evolução do carnaval carioca. In: *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 75-91.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FABIAN, Johannes. *The Time and the Other: how anthropology makes its object*. 2. ed. New York: Columbia University Press, 2002.

¹⁵ Como exemplo temos o evento do o Dia D, o dia da Decisão, que, celebrado por distintas congregações pentecostais em vários estados do país, vem atraindo uma grande multidão de pessoas para missas e shows realizados em locais públicos. No dia 21 de abril de 2010, o Dia D, realizado pela Igreja Universal do Reino de Deus, atraiu milhares de pessoas para a praia de Botafogo, no Rio de Janeiro, e causou vários transtornos nas vias públicas com engarrafamentos em distintos pontos da cidade. Fato que levou a prefeitura da cidade a proibir o evento do Dia D, no ano seguinte (2011), por não apresentar um plano de evacuação de emergência nem um corredor para deslocamento de ambulâncias em caso de pânico. Todavia neste ano, o dia 21 de abril, o Dia D, não seria celebrado pela IURD, ele seria o dia do Grande Desafio, celebrado pela Igreja Mundial do Poder de Deus.

FERNANDES, Rubem César. Aparecida. Nossa Rainha, Senhora e Mãe, Sarava! In: SACHS, V. (Org.). *Brasil e Eva: religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 85-112.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

GELL, Alfred. *The Anthropology of Time: cultural constructions of temporal maps and images*. Oxford: Berg, 1992.

GIUMBELLI, Emerson. *O Fim da Religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial, Coleção de antropologia: movimentos religiosos no mundo contemporâneo, 2002.

HERVIEU-LÉGER, Daniele. As comunidades sob o regime do individualismo religioso. In: *O Peregrino e o convertido. A religião em movimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 139-174.

LE GOFF, Jacques. Memória-história. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. p. 260-292.

_____. *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARIZ, Cecília. Catolicismo no Brasil contemporâneo: reavivamento e diversidade. In: TEXEIRA, F.; MENEZES, R. (Org.). *As Religiões do Brasil. Continuidade e Rupturas*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006. p. 53-68.

MONTERO, Paula. Max Weber e os dilemas da secularização. O Lugar da religião no mundo contemporâneo. In: *Novos Estudos/CEBRAP*, n. 65, 2003. p. 34-44.

_____. Religião, Pluralismo e Esfera Pública no Brasil. In: *Novos Estudos* 74. mar. 2006. p. 47-65.

OLICK, Jeffrey K. Memoria colectiva y diferenciación cronológica: historicidad y ámbito público. In: BUSTILLO, J. (Ed.). *Memória e história*. Madrid: M. Pons, v. 32, 1998. p. 119-145.

PETERS, José Leandro. Aparecida na memória da Igreja: uma análise da constituição do mito de Nossa Senhora Aparecida no início do século XX. In: *Sacrilegens*, Juiz De Fora, v. 9, n. 1, jan.-jul. 2012, p. 87-96.

PITREZ, Maria Cláudia. *23 de abril: festa de São Jorge*. Um estudo sobre a oficialização de um dia santo em feriado municipal na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) PPGSA/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

RAJCHENBERG, Enrique; HÉAU-LAMBERT, Catherine. Tiempo, calendários y relojes. In: *Estudios Sociológicos*. v. XX. n. 59, 2002. p. 287-303.

SANCHIS, Pierre. Introdução. In: Sanchis (Org.). *Catolicismo: modernidade e tradição*. Rio de Janeiro: ISEER, São Paulo: Editoras Loyola, 1992. p. 9-39.

_____. O campo religioso será ainda hoje o campo das religiões?. In: *História da igreja na América e no Caribe: 1945-1995: o debate metodológico*. Petrópolis: Vozes (CEHILA), 1995. p. 81-131.

SANSI, Roger. De imagens religiosas a ícones culturais: reflexões sobre as transformações históricas de algumas festas públicas na Bahia. In: BIRMAM, P. (Org.). *Religião e Espaço Público*. São Paulo: Attar Editorial, (Coleção de antropologia: movimentos religiosos no mundo contemporâneo), 2003. p. 149-168.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *Corpo de Deus na América: Corpus Christi no século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, Georgina Silva dos. Santo Guerreiro. In: *Nossa História*, Rio de Janeiro: publicação editada pela Biblioteca Nacional, Ano 1. n. 7, 2004. p. 14-20.

_____. *O Ofício e o Sangue. A Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna*. Edições Colibri/Instituto de Cultura Ibero-Atlântica; coleção Travessia n. 5, Lisboa, 2005.

SANTOS, Lourival dos. *Igreja, Nacionalismo e Devoção Popular: as estampas de Nossa Senhora Aparecida – 1845-1978*. Dissertação (Mestrado em História Social). USP, São Paulo, 2000.

TEXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). *As Religiões do Brasil. Continuidade e Rupturas*. Petrópolis: Editora Vozes, introdução, 2006. p. 7-16.

DOCUMENTOS

DECRETOS E LEIS FEDERAIS

Decreto nº 19.488/30

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37749>

Lei nº 9.093/95

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9093.htm#art1iii

CÂMARA DOS VEREADORES DO RIO DE JANEIRO

Projetos de leis:

038/2005 http://spl.camara.rj.gov.br/spldocs/pl/2005/pl0038_2005_004515.pdf

128/2005 http://spl.camara.rj.gov.br/spldocs/pl/2005/pl0128_2005_007403.pdf

(primeira versão)

http://spl.camara.rj.gov.br/spldocs/pl/2005/pl0128_2005_005217.pdf

(segunda versão)

Leis:

5.146/2010 <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/f25e dae7e64db53b032564fe005262ef/16c43624769762c003257706007313a f?OpenDocument>

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Projetos de Lei:

339/2007 <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/094e2cd7679638b2832572a7006ee116?OpenDocument>

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/7e44fe5ffca1b07b832572c1007041d3?OpenDocument>

Leis:

5.645/2010

<http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Dia do Zumbi

<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=331732&tipo=TP&descricao=ADI%2F4091>

Dia de São Jorge

<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=330744&tipo=TP&descricao=ADI%2F4131>

Terça-Feira de Carnaval

<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=330744&tipo=TP&descricao=ADI%2F4131>